

Romance:

Para designar a língua do povo de **Romania**, e mais tarde o Império, usava-se o termo latina língua - a palavra latino relacionava-se com a língua e os povos do Latiu, província onde Roma surgira. O qualificativo de **romanus** aplicava-se a quanto dissesse respeito ao povo da Urbe .

Desmembrando o **imperium romanum** após as invasões germânicas, **romanus** e **Romania** (que era a designação colectiva para todos os habitantes do Império que falavam latim e que representava o Império na sua totalidade (tal e como Hispânia, Gallia, Britannia), **Romania** e **Romanus** perderam seu significado político, mantendo-se, porém, com um significado civilizacional e linguístico. Ao lado de **romanus**, existia o adjetivo **romanicus**, que era um seu equivalente popular, tendo o sentido evoluído mais tarde. **Romanus** referia-se ao cidadão de Roma, enquanto **romanicus** aludia aos habitantes da Romania (romanicus – semelhante a romano).

Enquanto “latina língua” era designado como latine ou **romane loqui** no latim clássico, no fim do Império e no período seguinte apareceu a expressão **romanice parabolare ou fabulare** – falar à moda de Roma. Isto corresponde à situação de transição que se viveu na Europa ocidental entre o Império os estados medievais.

Roma – romanus – romane

Romania – romanicus – romanice

As formas **romane, latine, romanice**, são advérbios de modo, enquanto os primeiros dois se podem traduzir por à maneira dos romanos ou latinos, o **terceiro** contém um marca de distanciamento em relação à latinidade: “de modo semelhante, mas não igual, aos romanos”. Este advérbio **romanice** sobreviveu até hoje para designar **qualquer uma das línguas neolatinas**. No francês, provençal, espanhol e português antigos encontramos evoluções dessa palavra: **romanz, romans, romance** para designar uma língua românica.

A questão de galego

O espaço linguístico galego-português tem uma forma de rectângulo, sendo a fronteira no oriente a correspondente a uma linha que corre de norte a sul, desde as Astúrias até à foz do Guadiana. Esta fronteira é representada como a fronteira linguística que, desde a Idade Média, separa o leonês das línguas que lhe ficam a ocidente: os dialectos galegos a norte e os dialectos portugueses mais a sul.

Este rectângulo é ocupado por um continuum linguístico que atravessa regiões dialectais diferenciadas de modo gradual.

Classificação dos dialectos portugueses,

O grupo dos dialectos galegos

O grupo dos dialectos portugueses setentrionais

O grupo dos dialectos portugueses centro-meridionais

Voltemos à perspectiva história: É ponto assente que a origem do galego e do português foi comum: o latim vulgar falado no extremo noroeste da Península Ibérica evoluiu para um conjunto de dialectos que compartilharam traços linguísticos individualizadores e que

evoluíram posteriormente para os dialectos da Galiza do norte de Portugal. Estes dialectos servem de base à língua literária dos cancioneiros trovadorescos (sec XIII – XIV).

Primeira Crónica Geral de Espanha e Crónica de Castela – dos fins do sec. XIII foram traduzidas ao galego-português. Tal e como:

Os Milagres de Santiago

Crónica Troiana

Geral História

Galego - português

Na Idade Média há enorme semelhança entre galego-português, até ao ponto de que podemos falar duma única língua: a galego-portuguesa. Mas não deixemos de reconhecer dois pontos importantes: (Gallaecia Magna).

Em primeiro lugar, a língua literária comum da época medieval é uma língua convencional que nem sempre reflecte fielmente a realidade da fala. Segundo, a partir do século XIV, começam a surgir diferenças entre os textos escritos ao norte e ao sul do Minho, diferenças que como passo do tempo se foram evidenciando até dar origem às duas línguas de hoje.

A penetração do castelhano iniciada por Fernando III no século XIII vai-se acentuando no século XIV pela luta entre a coroa de Castela entre Pedro I e Enrique II que vence, por isso vêm à Galiza outras casas de nobreza castelhana a ocupar o lugar da nobreza galega derrotada. É o início da colonização cultural da Galiza que se vai consumir plenamente no reinado dos Reis Católicos (sec.XV) quando os posto chave da administração e da Igreja galega passam a ser ocupados por gente de fora que utiliza exclusivamente o castelhano.

Embora a grande maioria da população galega continuasse a usar o galego na sua vida quotidiana, era obrigada a usar o castelhano nas suas relações como o poder económico, político, religioso e cultural. Por isso, as influências castelhanas fizeram-se sentir cada vez mais na língua falada. Como língua literária, o galego desapareceu praticamente a ponto de ser necessário, durante o século XVIII defender o ponto de vista de que o galego não era um dialecto do castelhano mas tivera uma origem autónoma, e pelo menos à partida, equivalente à do castelhano. No século XIX surgem dois movimentos contrários – o governo central de Espanha toma medidas autoritárias para forçar a uniformidade linguística do estado, impondo o castelhano como única língua oficial e proibindo o uso na escolas, das falas minoritárias, referência explícita ao galego e também ao catalão e ao basco. Esta proibição viria a ser repetida durante os regimes de Primo de Rivera e de Franco.

Por outro lado, e em reacção a estas medidas, desenvolvem-se durante o século XIX movimentos políticos de galeguistas e, no plano literário, o chamado Rexurdimento, que se traduz na publicação de obras, sobretudo poéticas, em galego: Canteres gallegos.

PORTUGUÊS ANTIGO

Antes da invasão muçulmana, o espaço peninsular já se encontrava compartimentado linguisticamente, embora menos vincadamente que outras regiões de România, devido ao seu maior isolamento. Mas o carácter mais conservador do latim da Hispânica Ulterior desde muito cedo estabelecera uma distinção entre norte e sul da Península: foi o latim do norte (Tarraconense) mais aberto a inovações, aquele, que se viria a modificar mais profundamente por influência das línguas de substrato, com as quais teve um contacto breve e fraco.

AO começar o século VIII, A península estava dividida em dois romances, um setentrional e um meridional, ainda que no plano político fosse um estado nico (o visigodo).

No norte, já se podia reconhecer um romance a despontar na região que viria a chamar-se galego-português, separado de um outro romance que ocupa a futura região leonesa, o qual, por seu turno, não se confundiria com aquele outro que nascia dos contactos entre o latim e o basco. O quadro linguístico foi o de um continuum gradualmente diferenciado. Na Andaluzia – existia o romance **moçárabe**:

os moçárabes eram hispano-godos ou hispano-romanos submetidos ao domínio muçulmano, mas não assimilados, viviam em comunidades separadas e dispunham de instituições e autoridades próprias.

Coexistiam com

os muwaladdim, hispano-godos convertidos ao islamismo que gozavam de estatuto igual ao baladiyyim de quem tomaram os costumes, os trajes, os nomes, a religião, a língua;

os baladiyyim – eram os árabes instalados na Península, proveniente da Arábia, senhores tanto na Andaluzia como no norte da África).

os mouros – berberes da Mauritânia, eles próprios conquistados pelos árabes e parcialmente islamizados.

O romance moçárabe:

Conservam o f e g latino inicial antes de vogal: germanella, filyo antes da vogal palatal

Preservação do grupo inicial pl : plantadge – chantagem

Preservação do t final no sistema verbal

A preservação do e final depois de consoante líquida: male, amore, dormire, velare

Não sonorização de surdas intervocálicas

Fontes escritas do moçárabe:

Hardjas – fragmentos poéticos de 2 a 4 versos, pertencentes a uma lírica oral tradicional e de que uma outra derivação se encontra nas cantigas de amigo galego-portuguesas, recolhidos por poetas árabes e judeus nos séculos XI e XIII e utilizados para remate do **muwashsha**, longo poema narrativo de origem peninsular, que devia ter uma conclusão surpreendente e incompreensível.

Fontes escritas do galego-português (português antigo)

O estudo dos estados passados de um língua não pode contar com a experiência directa e a observação directa do linguista mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da reconstrução desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes e da exploração das fontes escritas produzidas na época que é objecto de atenção:

Os textos escritos não permitem conhecer plenamente a língua que se falava, porque a relação entre o plano das grafias e o plano da oralidade nem sempre é fácil de estabelecer e porque apenas foram conservados os textos em cada período produzidos.

A documentação escrita em português arcaico só pode ser avaliada na sua totalidade aproximada por hipóteses que se coloquem a partir do que permaneceu e de informações indirectas que o historiador pesquise.

O conhecimento de qualquer estágio passado de qualquer língua é sempre fragmentado apesar de existirem documentos escrito.

É tradicional dividir a documentação produzida no território galego-português após a formação do romance em dois grandes grupos: textos não literários e textos literários:

Textos não literários: a fonte preferida dos linguistas, foram escritos para servir a alguma finalidade prática relacionada com a administração, o direito, a economia, textos geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos, identificam os autores, fornecem uma espécie de contexto histórico e social, portanto, o linguista fica em melhores condições para avaliar o grau de correspondência e de identificação entre o texto e o dialecto falado no local e na época em que foi escrito.

Outro factor é a influência de modelos, ou seja, o dialecto onde nasceu o autor e a escola onde aprendeu a escrever e cujos hábitos gráficos tenderá a manter. Assim é importante conhecer a biografia do escriba, o local de nascimento

Textos literários: só raramente podem ser ancorados como documento linguísticos não literários, a uma situação precisa espaço-temporal.

Textos não literários:

- **Textos latinos** em graus diversos de pureza que fazem parte da escritura da fundação da igreja de Lordosa em 882
- **Antes de 1255** existiu produção primitiva portuguesa, constituída por documentos de carácter notarial, escritos em português, cuja importância é excepcional para o estudo da primeira fase da história da língua:
O Testamento de Afonso II (1214)
Notícia de Torto (1214)
- **Diplomas reais:** o primeiro diploma real escrito em português, o seu primeiro testamento datado de 1214. Outros testamentos de Afonso II em 1218 e 1221 em latim.
- **Diplomas particulares:** até 1250 todos os diplomas particulares aparecem redigidos em latim. Só a Notícia de Torto foi escrita em português. Há mais dois: Auto de Partilhas 1192 e o Testamento de Elvira Sanches 1193.
- **Leis locais,** divididas segundo a sua extensão e alcance político em Forais menores e Foros ou Costumes maiores.

Os foros ou costumes são uma transposição para a escrita dos direitos consuetudinários tradicionais (tradiční zvyková práva) de uma determinada vila, transmitido oralmente durante séculos e fixado num dado momento histórico por algum letrado, provavelmente um notário local.: Foros de Garvão, da Guarda, Costumes de Terena comunicados a Évora, Costumes de Santarém comunicados a Oriola

Os forais são cartas breves onde são contidos os direitos locais, direitos concedidos por um senhor feudal ou uma corporação superior (civil ou militar), mas frequentemente outorgados pelo próprio rei. Todos redigidos em latim, trata-se de 261 forais, muitas das vezes foram redigidos pelos notários do senhor ou do rei.

- **Leis gerais** decretos ou compilações de decretos, saídos da chancelaria real, cuja proulação afectava a inteira vida da nação:

Livro das Leis e Posturas

Livro das Leis Antigas

Ordenações de D.Duarte

Ordenações Afonsinas

Inquirições – o resultado dos levantamentos escritos, em forma de relatórios, das propriedades e direitos da casa real:

□ **Poesia:**

Cancioneira da Ajuda, Cancioneiro da Vaticana, Cancioneira da Biblioteca Nacional (Colocci Brancuti), Cantigas de Santa Maria. Pergaminho Vindel (cantigas de amigo do trovador Martin Codax com a notação musical, Pergaminho Sharrer (cantigas de amor de D.Dinis, com notação musical).

Testamento de Afonso II (1214)

É o primeiro documento real conhecido datado e escrito em português em Coimbra.

Afonso II escreveu este testamento apesar de ter apenas 28 anos de idade e pouco mais de três anos de reinado. Dom Afonso II fez este testamento para garantir a paz e a tranquilidade da família e do reino, no caso de lhe sobrevir uma morte prematura, que a sua compleição enfermiça fazia recear. Toma as providências para garantir a sucessão do reino pela via varonil ou, na falta desta, pela filha mais velha. Providencia também sobre o governo do reino durante a possível menoridade do herdeiro e sobre a tutela dos filhos e filhas menores, confiando ao Papa a protecção destes e do reino e a execução do testamento.

Do Testamento de 1214 chegaram duas das treze cópias feitas e distribuídas por diferentes entidades: a enviada ao arcebispo de Braga – designada como L e a enviada ao arcebispo de Toledo, designada como T. Estes dois manuscritos são diferentes:

Ambas foram escritas por mão diferentes (letra diferente)

Têm formatos diversos

Alguns sons são representados com grafias diferentes em uma e outra

Divergem também certas formas linguísticas: ordem de palavras, sinónimos, ex.